



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 19/2019 QUE
A EMPRESA ALFA E ÔMEGA MINERAÇÃO LTDA-ME,
FIRMA PERANTE O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, NESTE
ATO REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO JEQUITINHONHA.**

Pelo presente instrumento a empresa **ALFA E ÔMEGA MINERAÇÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, detentor do CNPJ [REDAZIDO], com sede Na Fazenda Gauleza, S/Nº, Zona Rural, município de Diamantina/MG, CEP 39.100-000, neste ato representada pelo sua procuradora, Amanda Cristina dos Santos, brasileira, solteira, engenheira florestal, portadora da CI [REDAZIDO] e CPF nº [REDAZIDO], doravante denominada **Compromissária**, firma o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com modificação introduzida pelo artigo 113 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, c/c art. 784 do Novo Código de Processo Civil, perante o Estado de Minas Gerais por intermédio da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD**, sediada em Belo Horizonte, com estrutura orgânica definida pelo Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, inscrita no CNPJ sob o nº [REDAZIDO], neste ato representada pela Superintendente Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha, Cândida Cristina Barroso de Vilhena, CPF nº. 738.401.816-15, conforme delegação de competência contida na Resolução SEMAD nº. 2.764, de 29 de janeiro de 2019, com sede na Avenida da Saudade nº 335, Centro, no Município de Diamantina/MG, doravante denominada **Tomadora do Compromisso**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

CONSIDERANDO que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de **uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações” (art.225, caput, da CF/88);

CONSIDERANDO que no Auto de Fiscalização nº 80513/2019 foi constatado a intervenção ambiental, mediante supressão de vegetação nativa campestre do Bioma Cerrado, fora dos limites autorizados nos DAIAs 0034140-D e 0034141-D, que resultou no cancelamento da Licença Ambiental Simplificada – RAS - Certificado LAS-RAS nº 244;

CONSIDERANDO que o empreendimento deverá ser regularizado através de licença de operação corretiva, nos termos do Art. 32 do Decreto Estadual 47.383/2018, considerando os critérios locacionais de enquadramento, estabelecidos na Deliberação Normativa Copam nº 217/2017;

CONSIDERANDO que o empreendedor solicitou a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta no dia 09/10/2019 (Protocolo R156078/2019) para continuidade do funcionamento das atividades do empreendimento;

CONSIDERANDO que o art.32 do Decreto Estadual nº 47.383, de 2018, prevê que a atividade ou empreendimento em instalação ou operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio de licenciamento ambiental em caráter corretivo, inclusive, com a possibilidade de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao órgão ambiental licenciador para a continuidade de suas atividades até a sua regularização ambiental;

CONSIDERANDO que houve constatação de dano à cavidade CAV F1 25, decorrente da atividade do empreendimento, estando sujeito à aplicação das penalidades dispostas no Decreto Estadual nº 47.041/2016, que dispõe sobre os critérios para a compensação e a indenização dos impactos e danos causados em cavidades naturais subterrâneas existentes no território do Estado, conforme o Auto de Fiscalização nº 1333911/2019;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

CONSIDERANDO a lavratura do Auto de Infração nº. 200595/2019 por promover impacto negativo irreversível sobre cavidade natural subterrânea;

CONSIDERANDO que a indenização pelo dano causado a cavidade CAV F1 25 será calculada e recebida pelo órgão responsável pelo licenciamento no âmbito estadual, mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme o Art. 5º do Decreto Estadual nº 47.041, de 31 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO tratar-se de atividade lícita, passível de regularização ambiental perante o SISEMA;

RESOLVEM AS PARTES FIRMAREM O PRESENTE TERMO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos de funcionamento das atividades A-02-06-2 Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e A-05-04-6 Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento exercidas pela COMPROMISSÁRIA, no município de Diamantina/MG, localizado na Fazenda Boqueirão da Estiva e Fazenda Galeuza, Zona Rural, frentes de lavra denominadas Silver Shadow, Invictus e Notórios, até a sua regularização ambiental, de acordo com o cronograma de execução constante na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO AJUSTADO

Pelo presente, a COMPROMISSÁRIA compromete-se a observar rigorosamente todos os prazos assinalados abaixo, bem como a cumprir e executar as demais medidas e condicionantes técnicas estabelecidas no presente TERMO:

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Não realizar supressão ou impacto negativo irreversível nas cavidades naturais subterrâneas identificadas na área do empreendimento.	Durante a vigência do TAC.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

02	<p>Executar o mapeamento fotográfico de detalhe das cavidades localizadas a jusante da frente de lavra Silver Shadow.</p> <p>O mapeamento deverá ser realizado antes de iniciar a operação, a título de estabelecer o background da área de estudo, e o relatório correspondente deve ser acompanhado da ART do profissional responsável.</p>	Antes da operação da frente de lavra.
03	Firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a Supram Jequitinhonha, para o devido atendimento do Art. 5º do Decreto Estadual nº 47.041, de 31 de agosto de 2016.	30 (Trinta) dias após a manifestação final do órgão ambiental referente a avaliação do dano na cavidade natural subterrânea CAV F1 25.
04	Comprovar o cadastro, no banco de dados CANIE, de todas as cavidades naturais subterrâneas contempladas nos estudos do empreendimento.	120 (cento e vinte) dias após a assinatura do TAC.
05	Formalizar junto à SUPRAM Jequitinhonha processo de Licenciamento Ambiental Corretivo, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, bem como a regularização das supressões de vegetação nativa realizadas sem a devida autorização do órgão ambiental competente (AIA corretiva). Apresentar as devidas compensações ambientais.	180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do TAC.
06	Adequar o sistema de água pluvial em todas as frentes de lavra e pilhas de estéril/rejeito do empreendimento. Apresentar comprovação mediante relatório técnico fotográfico.	60 (sessenta) dias após a assinatura do TAC.
07	Elaborar e executar periodicamente manutenção nos sistemas de drenagem pluvial e contenção de sedimentos particulados em todo empreendimento. Apresentar comprovação mediante relatório técnico fotográfico, bem como atualizações das imagens de satélite/ drone.	Trimestralmente (com a primeira apresentação em 90) dias, após a assinatura do TAC.
08	Apresentar plano de reaproveitamento e/ou recuperação do material depositado em pilhas e dispersos aleatoriamente no entorno das estruturas, com cronograma de execução.	60 (sessenta) dias, após a assinatura do TAC
09	Executar as ações do automonitoramento ambiental, conforme parâmetros e periodicidade definidos nos itens a seguir:	Durante a vigência do TAC.
09.1	Efluentes	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

Local de Amostragem	Ponto	Parâmetro	Frequência da Análise
Sistemas de Tratamentos Sanitários	Entrada e saída dos sistemas	pH, DBO, DQO, sólidos totais e sedimentáveis, óleos e graxas, coliformes termotolerantes e coliformes totais.	Semestral
Bacias de decantação dos sistemas de drenagem pluvial da mina	Entrada e saída dos sistemas	Sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, sólidos totais, turbidez, pH, cor, condutividade elétrica, óleos e graxas.	Semestral
Caixa separadora de água e óleo próxima aos geradores de energia	Entrada e saída do sistema	pH, DQO, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão, óleos e graxas e ABS.	Semestral

09.2	Resíduos	Frequência semestral de elaboração e encaminhamento da planilha
------	----------	---

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento

CLÁUSULA TERCEIRA -

Adicionalmente às obrigações acima transcritas, a COMPROMISSÁRIA, à título colaborativo, considerando a relevância de contribuições voltadas à estruturação e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

ao aparelhamento dos órgãos ambientais, assim o fazendo como ato de mera liberalidade e, portanto, sem importar atenuação, minimização ou compensação de danos e/ou passivos ambientais, se compromete a doar à SUPRAM/JEQ, os seguintes bens, abaixo especificados, no prazo de 60 (sessenta) dias:

Item	Descrição/Características	Cor	Tamanho	Quant.
01	Camisa MTK Wind Fem - Feminina Disponível em: https://www.tradeadventure.com.br/produto/calcas-pesca-feminina-mtk/313-camisa-mtk-wind-fem-cor-areia	Areia	P	01
02	Camisa MTK Wind Fem - Feminina	Areia	M	05
03	Camisa MTK Wind Fem - Feminina	Areia	G	01
04	Camisa MTK Wind - Masculina Disponível em: https://www.tradeadventure.com.br/produto/camisas-de-pesca-mtk/353-camisa-mtk-wind-cor-chumbo	Chumbo	M	04
05	Camisa MTK Wind - Masculina	Chumbo	G	02
06	Camisa MTK Wind - Masculina	Chumbo	EX	01

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Constituem disposições e obrigações gerais deste TERMO:

I - Comprovar, no vencimento de cada prazo constante nos incisos da Cláusula Segunda deste TERMO, que as medidas descritas na referida Cláusula foram devidamente cumpridas.

II - O presente Termo não desobriga a COMPROMISSÁRIA do cumprimento de obrigações anteriormente assumidas perante a TOMADORA DO COMPROMISSO ou outros Órgãos.

III - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a atender todas as requisições dos Órgãos ambientais no curso do processo de Regularização Ambiental e no cumprimento do presente compromisso de ajustamento de conduta, em prazo a ser definido nestas requisições.

IV - Os adventos de leis mais benéficas ao meio ambiente obrigarão a COMPROMISSÁRIA a adaptar seu empreendimento às novas determinações.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

V – A TOMADORA DO COMPROMISSO poderá fiscalizar a execução do presente acordo, a qualquer tempo, tomando as providências legais cabíveis, ou poderá cometer a respectiva fiscalização a outro órgão que vierem a indicar.

VI - A COMPROMISSÁRIA arcará com todas as despesas necessárias para o fiel cumprimento do presente ajustamento de conduta.

VII - O descumprimento do presente em qualquer de seus termos ou prazos, sujeitará o empreendimento à suspensão das atividades.

VIII - Este compromisso não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas.

IX- A assinatura deste Termo não assegura a concessão de nenhum ato autorizativo.

X - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidos pela COMPROMISSÁRIA neste TAC implicará:

- a) Suspensão total e imediata das atividades do empreendimento;
- b) Multa prevista no Decreto 47.383, de 02 de março de 2018, artigo 112, código de infração 109;
- c) Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público.

PARÁGRAFO ÚNICO

A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de qualquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente TERMO, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no artigo 398 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à TOMADORA DO COMPROMISSO, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.



CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 24(vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo o arquivamento ou o indeferimento do processo de regularização ambiental (LOC) este TAC perde imediatamente a sua vigência e eficácia.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O prazo de vigência previsto no “caput” desta CLÁUSULA poderá ser prorrogado, uma única vez, somente por motivo de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental implica na sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa ao órgão jurídico competente da TOMADORA DO COMPROMISSO, para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, na forma do disposto pelo artigo 5º § 6º da Lei Federal n.º 7347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo art. 113 da Lei Federal n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, e art. 784 do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA NOVA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também assinam.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha

Diamantina/MG, 04 de dezembro de 2019.

Alfa e Ômega Mineração LTDA-ME

Compromissária

Testemunha

CPF:

Superintendente

SUPRAM Jequitinhonha

Compromitente

Testemunha

CPF:

